

QUESTÕES SIMULADÃO
LEI DE EXECUÇÃO PENAL

56-Em janeiro de 2026, Criptônio, **primário** e portador de bons antecedentes, foi capturado em flagrante pela prática do crime **de feminicídio** em detrimento de sua namorada. Após a observância do contraditório e da ampla defesa, o agente foi condenado ao cumprimento de 21 (vinte e um) anos de reclusão, em regime inicial fechado.

Considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), Criptônio deverá cumprir, no mínimo _____ da pena para que possa progredir de regime.

a) 55%

b) 70%

c) 75%

d) 80%

e) 85%

Conforme artigo 112, inciso VI alínea “d” da LEP. Feminicídio de réu primário, deve cumprir 75% da pena.

Gabarito C

57-Quanto ao regime de cumprimento de pena, somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de..., **EXCETO:**

a) condenado maior de 70 (setenta) anos;

b) condenado deficiente físico ;

c) condenado acometido de doença grave;

d) condenada gestante;

e) condenada com filho menor.

A alínea “b” não está no rol do art. 117 da LEP; o comando da questão pediu **a exceção**, logo, o gabarito é a **alternativa B**.

58-Segundo a Lei de execução Penal, além das condições obrigatórias para que o beneficiário obtenha **livramento condicional**, existem outras que poderão ser impostas ao liberado pelo juiz da execução. Assinale a alternativa que integra uma **condição obrigatória:**

a) não mudar do território da comarca do Juízo da execução, sem prévia autorização deste;

b) não mudar de residência sem comunicação ao Juiz e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção;

c) recolher-se à habitação em hora fixada;

d) não frequentar determinados lugares;

e) utilizar equipamento de monitoração eletrônica.

O gabarito está conforme o art 132, §1º, alínea "c" da LEP. Não confundir com as condições facultativas do §2º do mesmo artigo.

Gabarito: A

59-A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características, **EXCETO:**

a) duração máxima de até 2 (dois) anos, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie;

b) visitas quinzenais, de 2 (duas) pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, por pessoa da família ou, no caso de terceiro, autorizado judicialmente, com duração de 2 (duas) horas;

c) direito do preso à saída da cela **por 1 (uma) hora diária** para banho de sol, em grupos de até 4 (quatro) presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso;

d) participação em audiências judiciais preferencialmente por videoconferência, garantindo-se a participação do defensor no mesmo ambiente do preso;

e) entrevistas sempre monitoradas, exceto aquelas com seu defensor, em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, salvo expressa autorização judicial em contrário.

O comando da questão determina que se marque a alternativa ERRADA. A única que apresenta discordância com o art 52 da LEP, é a alternativa C, pois o preso tem direito a 2 horas diárias para banho de sol.

Gabarito: C

60-Constituem sanções disciplinares impostas pelo diretor do estabelecimento, **EXCETO:**

a) advertência verbal;

b) isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo, por até 30 dias;

c) suspensão ou restrição de direitos, por até 30 dias e inclusão no regime disciplinar diferenciado, por até 2 anos;

d) repreensão;

e) isolamento preventivo do faltoso, por até 10 dias.

As alternativas a,b, d, e correspondem exatamente ao que dispõem os arts 53/54/58/60 da LEP. O comando determina que se assinale a opção FALSA. A alternativa "c" traz duas competências que são do juiz da execução, conforme art 41, parágrafo único e art 54 e não do diretor do estabelecimento, portanto, **gabarito: C**

61-Comete **falta grave** o condenado à **pena restritiva de direitos** que...**EXCETO:**

a) descumprir, injustificadamente, a restrição imposta;

- b) retardar, injustificadamente, o cumprimento da obrigação imposta;
- c) desobedecer o servidor ou desrespeitar qualquer pessoa com quem deva relacionar-se;

d) recusar submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético;

e) praticar conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina.

A questão trata da aplicação do art 51 c/c art. 39, **incisos II e V da LEP**. O comando da questão determina que se aponte qual das alternativas NÃO constitui falta grave para o condenado a pena restritiva de direitos. A alínea “d” apresenta uma situação de falta grave típica do condenado à pena privativa de liberdade (conforme art. 50, inciso VIII). No entanto, a alínea “e” também trouxe uma situação que não se enquadra como falta grave para o condenado à pena restritiva de direitos, pois se encontra no inciso IV do art. 39 da LEP (deveres do preso), enquanto que os únicos incisos deste artigo que poderiam constituir falta grave para o condenado à pena restritiva de direitos seriam os incisos II (obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se) e inciso V (execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas). Portanto, a questão apresenta duas exceções, trazendo como gabarito possível as alternativas “d” e “e”. Ante o exposto, a questão deve ser ANULADA.

62-Quanto à disciplina prevista na LEP, assinale a opção **INCORRETA**:

a) A disciplina consiste na colaboração com a ordem, na obediência às determinações das autoridades e seus agentes e no desempenho do trabalho **e do estudo**;

b) Estão sujeitos à disciplina o condenado à pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos e o preso provisório; (art 44, pu)

c) Não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar; (art 45, caput)

d) O poder disciplinar, na execução da pena privativa de liberdade, será exercido pela autoridade administrativa conforme as disposições regulamentares; (art 47)

e) Na execução das penas restritivas de direitos, o poder disciplinar será exercido pela autoridade administrativa a que estiver sujeito o condenado. (art 48)

O Art. 44, caput da LEP assenta que “ A disciplina consiste na colaboração com a ordem, na obediência às determinações das autoridades e seus agentes e no desempenho **do trabalho**”. Observe que o dispositivo **não tratou do estudo**. E de fato, o preso não sofre nenhuma sanção por se recusar a estudar, diferentemente do trabalho. Por isso a alternativa “a” encontra-se INCORRETA, conforme comando da questão. **Gabarito: A**. Todas as demais alternativas estão exatamente de acordo com a lei.

63-Quanto à saída temporária prevista na LEP, **é correto** afirmar que:

a) se aplica também ao condenado **no regime fechado**, desde que já tenha cumprido 1/6 da pena e tenha bom comportamento;

b) é autorizada pelo **diretor do estabelecimento penal**;

c) atualmente só é cabível **em casos de visita à família** e frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução;

d) Não terá direito ao benefício, o condenado que cumpre pena por praticar crime hediondo ou com violência ou grave ameaça contra pessoa, ainda que tenha bom comportamento carcerário e tenha cumprido 1/6 da pena, se primário e 1/4 da pena, se reincidente;

e) uma vez revogado o benefício devido o condenado praticar fato definido como crime doloso, for punido por falta grave, desatender as condições impostas na autorização ou revelar baixo grau de aproveitamento do curso, **o benefício não poderá ser novamente concedido.**

Alternativa “d” está conforme disposição contida no art 122, §2º da LEP. A alternativa “c” está incorreta porque o inciso I do art 122 previa o direito de saída temporária para visita à família, mas este inciso foi revogado pela Lei nº 14843 de 2024;

64-São condições **gerais e obrigatórias** para concessão do regime aberto, **EXCETO:**

a) permanecer no local que for designado, durante o repouso e nos dias de folga;

b) fiscalização por monitoramento eletrônico;

c) sair para o trabalho e retornar, nos horários fixados;

d) não se ausentar da cidade onde reside, sem autorização judicial;

e) comparecer a Juízo, para informar e justificar as suas atividades, quando for determinado.

O art 115 da LEP (incisos I ao IV) traz as condições gerais e obrigatórias. No caput desse artigo consta que a fiscalização por monitoramento eletrônico é uma **condição especial**, que estará a critério do juiz, e não uma condição geral e obrigatória. Portanto, como o comando da questão pede justamente a exceção ou seja, a condição que não é geral e obrigatória), tem-se que o gabarito é a **alternativa B**.

65-Quanto à classificação do preso, assinale a **opção INCORRETA** com base na LEP:

a) O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução; **(art 8º)**

b) A Comissão Técnica de Classificação, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá, dentre outras medidas, entrevistar pessoas e requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado; **(art. 9º-A, caput)**

c) A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo Diretor e composta, no máximo, por dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade;

d) Constitui falta grave a recusa do condenado em submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético; **(art. 9º-A, §8º e art. 50, VIII)**

e) Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal. **(art. 5º)**

O comando da questão determina que se assinale a opção incorreta. A alternativa C traz a expressão “no máximo”, quando, em verdade, **o art. 7º** se refere ao número mínimo de integrantes da Comissão. **Gabarito: C**

66-Quanto à **assistência** ao preso e ao internado, é **INCORRETO** afirmar que:

a) é dever do Estado e da sociedade, objetivando punir o crime e orientar o retorno à convivência social;

b) A assistência à saúde tem caráter preventivo e curativo, compreendendo atendimento médico, farmacêutico e odontológico;

c) Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento;

d) na assistência educacional, o ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização;

e) A assistência social tem por finalidade de amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade.

O comando da questão determina que seja marcada a alternativa errada. A alternativa “a” apresenta dois erros. Segundo o art 10 da LEP, é **dever do Estado** não trazendo a expressão “sociedade”. Isso porque, de fato, a sociedade não tem dever de assistência aos presos e internados, embora possa colaborar com o Estado (nesse sentido, é a redação do art. 4º). O outro erro é dizer que as assistências tem por objetivo punir o crime, quando, na verdade, o objetivo é prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

*Art. 10 - A assistência ao preso e ao internado é **dever do Estado**, objetivando **prevenir** o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.*

Gabarito: A

67-Quanto ao trabalho do preso previsto na LEP, assinale a opção **correta**:

a) **poderá** ser remunerado, com valor mínimo nunca inferior a 1/4 do salário mínimo;

b) **é facultativo** para os maiores de 60 anos e deficientes físicos;

c) na atribuição de trabalho, deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades **presentes** do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado;

d) O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas e desde que realizados por órgãos da administração direta ou indireta, tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina; (...)

e) **é obrigatório para condenados à pena privativa de liberdade, em todos os regimes.**

Alternativa “a” traz dois erros. O trabalho do preso é obrigatório e será remunerado e não pode ter valor inferior a 1/4 do salário mínimo (art 29).

Alternativa “b” incorreta, pois os deficientes físicos e os maiores de 60 anos não são automaticamente dispensados do trabalho em face da idade ou deficiência física. O art 32, §2º assenta que “Os maiores de sessenta anos poderão solicitar ocupação adequada à sua idade” e o §3º preconiza que Os doentes ou deficientes físicos somente exercerão atividades apropriadas ao seu estado.

Alternativa “c” incorreta, pois o texto do art 32, caput, trata das necessidades **“futuras”** do preso e não das presentes.

Alternativa “d” incorreta, pois a obra ou serviço público também pode ser realizado por entidade privadas, conforme preconiza o art 36 , desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.

Alternativa “e” está correta. De fato, o trabalho do preso, em qualquer dos regimes de cumprimento de pena privativa de liberdade (fechado, semiaberto ou aberto) é obrigatório. Veja redação do art. 31 da LEP: “O condenado **à pena privativa de liberdade** está **obrigado ao trabalho** na medida de suas aptidões e capacidade”.

Gabarito: E

68-Quanto à **progressão de regime** prevista na LEP, assinale a opção **INCORRETA**:

a) É decidida pelo juiz da Execução e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor; (art 112, §2º)

b) É possível que mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência progridam de regime, após cumprimento de ao menos 1/8 (um oitavo) da pena no regime anterior, observados demais requisitos previstos em lei; (art 112, §3º)

c) Não se considera hediondo ou equiparado, para os fins de progressão de regime, o crime de tráfico de drogas privilegiado; (art 112, §5º)

d) O cometimento de falta grave durante a execução da pena privativa de liberdade interrompe o prazo para a obtenção da progressão no regime de cumprimento da pena, **bem como do livramento condicional e indulto**, caso em que o reinício da contagem do requisito objetivo terá como base a pena remanescente; (art 112, §6º)

e) O bom comportamento é readquirido após 1 (um) ano da ocorrência do fato, ou antes, após o cumprimento do requisito temporal exigível para a obtenção do direito. (art 112, §7º)

alternativa “D” está incorreta pois o cometimento de falta grave NÃO INTERROMPE prazo do livramento condicional ou indulto. Observe que o §6º do art 112 só se refere à interrupção de prazo da progressão de regime. Inclusive o STJ tem duas súmulas sobre o tema :

Súmula 441 do STJ: "A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional." Ou seja, o tempo continua a ser contado desde o início da pena.

Súmula 535 do STJ: "A prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de pena ou indulto." Ou seja, o período já cumprido segue válido para esse direito.

Obs: o aluno não precisaria conhecer o teor das duas súmulas do STJ. Bastaria a leitura do §6º do art 112. Veja que não consta mais nada a não ser a interrupção de prazo para a progressão de regime.

O comando da questão determina que se marque a **alternativa ERRADA**, portanto, **Gabarito: D**

69-Quanto à remição da pena, com base na LEP, assinale a **opção correta**:

a) O condenado que cumpre a pena em regime fechado, semiaberto **ou aberto**, poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena;

b) O preso impossibilitado, **por qualquer motivo**, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição;

c) O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada **pelo diretor do estabelecimento**;

d) Em caso de **falta disciplinar de qualquer natureza**, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar;

e) Na remição pelo estudo, a contagem é feita à razão de 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias.

Alternativa “a” incorreta pois o art. 126, caput só se refere aos regimes fechado e semiaberto para remição pelo trabalho ou estudo. Isso porque, no **regime aberto**, assim como no livramento condicional, segundo o §6º, só se permite remição **pelo estudo**, haja vista que uma das condições para se ingressar em tal regime ou usufruir do livramento, é que o preso esteja trabalhando ou u comprovar a possibilidade de fazê-lo imediatamente (art. 114, inciso I e art. 132, §1º, a)

Alternativa “b” incorreta pois o §4º do art. 126 se refere à expressão “por acidente” e não por qualquer motivo.

Alternativa “c” incorreta pois o §5º não se refere ao diretor do estabelecimento penal, mas sim de certificação da frequência escolar, pelo órgão competente do sistema de educação.

Alternativa “d” incorreta pois o art. 127 só se refere às faltas graves.

Alternativa “e” está correta pois contém fiel redação do art. 126, §1º, Inciso I.

Gabarito: E

70-A LEP deixou a critério do juiz da execução determinar os casos em que haverá fiscalização por meio da monitoração eletrônica, **EXCETO:**

a) Quando determinar a prisão domiciliar;

b) Quando aplicar pena privativa de liberdade a ser cumprida no regime aberto;

c) Quando conceder o livramento condicional;

d) Quando conceder qualquer benefício que importe na saída do estabelecimento penal do condenado por crimes contra a dignidade sexual ou com violência doméstica contra a mulher;

e) Quando autorizar a saída temporária no regime semiaberto.

Conforme art. 146- B e 146-E da LEP, a alternativa FALSA é a D, pois neste caso, segundo o art. 146-E, será obrigatória a monitoração eletrônica, em dois casos: crimes sexuais ou crimes que envolvam violência contra a mulher, em razão da condição de sexo feminino, observado o texto do §1º do art. 121-A do CP, que especifica o que são razões da condição de sexo feminino: **violência doméstica e familiar** ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Portanto, alternativa D destoa das demais na medida em que é a única circunstância que não fica a critério do juiz determinar a monitoração, pois a lei exige que ele o faça.

Gabarito: D

DIREITO PENAL

91-O Código Penal brasileiro,

A) quanto ao lugar do crime, adotou a teoria mista ou da ubiquidade.

B) quanto ao lugar do crime, adotou a teoria da atividade ou da ação.

C) quanto ao lugar do crime, adotou a teoria do resultado.

C) quanto ao tempo do crime, adotou a teoria mista ou da ubiquidade.

D) quanto ao tempo do crime, adotou a teoria do resultado.

Art 4º do CP. **gabarito: A**

92-São causas excludentes de antijuridicidade, **EXCETO:**

a) quando uma mãe, sem outra opção no momento, mata um cão feroz que estava prestes a atacar seu filho de 5 anos de idade.

b) quando um agente de segurança pública, usando moderadamente dos meios necessários, repele agressão ou risco de agressão à vítima mantida refém durante a prática de um crime.

c) Quando uma pessoa portadora de desenvolvimento mental incompleto ou retardado, mata alguém e posteriormente fica comprovado que esta pessoa era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

d) Quando um policial prende alguém em flagrante delito.

e) Quando uma pessoa se recusa a franquear acesso a um oficial de justiça ao interior de sua residência às 21:30min, portando um mandado judicial de busca e apreensão.

Alternativa "a" trata de exclusão de antijuridicidade(ou ilicitude), em face do estado de necessidade de terceiro (art. 24 do CP)

Alternativa "b" trata de exclusão de antijuridicidade(ou ilicitude), em face da legítima defesa de terceiro (art. 25, parágrafo único)

Alternativa "C" está FALSA, pois, conforme redação do art. 26, caput do CP, a isenção de pena **exclui a culpabilidade do fato e não a antijuridicidade (ou ilicitude).**

Alternativa "d" trata de exclusão de antijuridicidade(ou ilicitude), em face do estrito cumprimento do dever legal (art. 23 do CP)

Alternativa "e" trata de exclusão de antijuridicidade(ou ilicitude), em face do exercício regular de direito (art. 23 do CP)

O comando da questão determina que se assinale a opção FALSA, portanto, **alternativa C.**

93-Acerca da punibilidade no Direito penal, assinale a única opção **INCORRETA:**

a) A retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso, constitui uma causa extintiva da punibilidade do agente. **(art 107, III do CP)**

b) Aplicam-se às penas restritivas de direito os mesmos prazos prescricionais previstos para as privativas de liberdade. (art 109, parágrafo único)

c) A prescrição da pena de multa ocorrerá no mesmo prazo estabelecido para prescrição da pena privativa de liberdade, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada. (art 114, inciso II)

d) são reduzidos **de um terço** os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher.

e) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente. (art 119)

alternativa D incorreta, pois , segundo o art 115 do CP, os prazo são reduzidos **em metade**.

Gabarito: D

94-Acerca dos crimes contra a **pessoa, patrimônio e administração pública**, assinale a opção **INCORRETA**:

a) Aquele que, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro, pratica crime de roubo. (art 157, §1º- roubo impróprio)

b) Se um funcionário **exige tributo ou contribuição social** que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, pratica delito **de concussão**.

c) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa, constitui crime de extorsão. (art 158)

d) no homicídio doloso , se a vítima é menor de 14 anos ou há emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido, o delito será qualificado, com pena de reclusão entre 12 e 30 anos. (art 121, §2º, incisos VIII e IX do CP)

e) A conduta de *“Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo”*, constitui uma forma de prevaricação. (art 319-A)

alternativa B incorreta pois a conduta é a **de excesso de exação**, previsto no art 316, §1º do CP.

gabarito: B

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

95-São **crimes hediondos**, consumados ou tentados, **EXCETO**:

a) o crime de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima e lesão corporal seguida de morte , quando praticadas, dentre outras hipóteses, nas dependências de instituição de ensino. (art 1º, inciso I-A da Lei 8072/90)

b) o crime de furto (qualificado) **de substâncias explosivas** ou de acessórios que, conjunta ou isoladamente, possibilitem sua fabricação, montagem ou emprego.

c) o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido. (art 1º, parágrafo único, inciso II da Lei nº 8072/90)

d) o crime de organização criminosa, quando direcionada à prática de crime hediondo ou equiparado. (art 1º, parágrafo único, inciso V da Lei nº 8072/90)

e) o crime de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais. (art 1º, inciso VII-B da Lei 8072/90)

Alternativa **B incorreta** pois o delito hediondo é o furto mediante **emprego de** explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum e **não o furto de explosivos** que é sim um crime previsto no CP, no entanto, não é hediondo.

Art. 1º **São considerados hediondos** os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados:

(...)

IX - furto qualificado **pelo emprego de explosivo** ou de artefato análogo que cause perigo comum (art. 155, § 4º-A).

96-Sobre a Lei de crimes de **abuso de autoridade**, **é correto** afirmar que:

a) todos os delitos são de ação penal pública **condicionada à representação do ofendido**. (art 3º)

b) todos os delitos são punidos com detenção e multa.

c) constitui crime de abuso de autoridade o ato de submeter, **em qualquer hipótese**, o preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno. (art 18)

d) constitui crime de abuso de autoridade o ato de cumprir mandado de busca e apreensão domiciliar **após as 20h (vinte horas) ou antes das 6h (seis horas)**. (art 22, §1º, inciso III)

e) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas **configura** abuso de autoridade. (art 1º, §2º)

gabarito : B, é a alternativa correta, pois de fato, dos arts. 9º até o 38, observa-se que todos os delitos tem pena privativa de liberdade de detenção cumulada com multa.

97-Acerca das disposições contidas na **Lei nº 11.343/06 (lei de drogas)**, assinale a opção **correta**:

a) Haverá o **perdão judicial** para o indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime, **ainda que não haja recuperação total ou parcial do produto do crime**. (art 41, redução de pena entre um e dois terços e deve haver a recuperação)

b) Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido à **pena de detenção ou multa**. (art 28 não prevê pena privativa de liberdade)

c) No delito de tráfico de drogas, a pena poderá ser reduzida de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

d) Ocorrendo prisão em flagrante pelo delito de tráfico de drogas, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação **ao Ministério Público**, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, **em 72 (setenta e duas) horas**. (art 50, caput- comunica ao juiz e vista ao MP em 24 horas)

e) O inquérito policial será concluído no prazo **de 15 (quinze) dias**, se o indiciado estiver preso, e de **45 (quarenta e cinco) dias**, quando solto. (art 51. 30 dias p/preso e 90 dias p/solto)

Alternativa C está correta. Trata-se do tráfico privilegiado. Dispositivo contido no §4º do art 33 da Lei de drogas.
Gabarito: C
